

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO (CCT)

Das partes:

SUSCITANTE: SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DA BAHIA com sede na AV. Sete de setembro, nº 88 – Ed. Barão do Rio Branco – sl 602 Relógio de São Pedro, Salvador, Bahia, inscrito no CNPJ do MF sob número 13.507.983/0001-07, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Eliana Araújo Simões, brasileira, casada, farmacêutica, portadora da cédula de identidade 36010138–SSP-Ba, inscrita no CPF do MF sob número 020.888.608-25 e...

... **SUSCITADO: SINDICATO DOS LABORATÓRIOS CLÍNICOS E PATOLÓGICOS DO ESTADO DA BAHIA – SINDLAB – BA**, com sede na Rua Frederico Simões, 98 – Edf. Advanced Trade Center Sl 1402, Caminho das Árvores – CEP 41820-021 Salvador, Bahia, inscrito no CNPJ (MF) sob número 04.705.724/0001-91 neste ato representado por seu Presidente, Sr. Anderson Lobo Alvim, brasileiro, solteiro, farmacêutico, portador da cédula de identidade 06919095-04 SSP-Ba, inscrito na CPF (MF) 942.731.115-00.

Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia

Sindicato dos Laboratórios Clínicos e Patológicos do Estado da Bahia

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA - ABRANGÊNCIA. A presente convenção abrangerá todos os farmacêuticos e farmacêuticos bioquímicos empregados de empresas representadas pelo Sindicato dos Laboratórios Clínicos e Patológicos do Estado da Bahia - SINDILAB, no Estado da Bahia.

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE SALARIAL. As empresas concederão a todos os Farmacêuticos a partir de julho de 2009, um reajuste salarial de **6%** sobre o salário base, praticado em abril de 2009.

PARÁGRAFO ÚNICO – A diferença salarial, no período compreendido entre a concessão do reajuste (julho/2009) e a sua implementação, será quitada em 03 (três) parcelas iguais e sucessivas, nos meses de junho, julho e agosto de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. As empresas pagarão o adicional de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário base.

CLÁUSULA QUARTA - EMPREGADO SUBSTITUTO. O empregado substituto receberá desde o primeiro dia de substituição, observando o anunciado de Súmula nº 159 T.S.T., o salário contratual do cargo, desconsideradas as vantagens pessoais, e respeitando o piso salarial previsto na cláusula segunda.



1

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso da substituição perdurar por período superior a 180 dias, o substituto será efetivado na função ou terá incorporado a seu salário base o valor correspondente à diferença pela substituição.

CLÁUSULA QUINTA - ALIMENTAÇÃO. Fica assegurado aos empregados o fornecimento gratuito de desjejum, almoço e jantar, quando estiverem em regime de plantão de 12 ou 24 horas, inclusive pelas empresas que possuem refeitório.

CLÁUSULA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE. Fica assegurado o auxílio creche no valor de R\$20,00 para cada filho de até 6 anos, inclusive de pais separados, divorciados ou viúvos que detenham a guarda de seus filhos, bem como na hipótese de pais adotivos.

CLAUSULA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA LABORATORIAL. As empresas concederão aos seus empregados, assistência laboratorial gratuita, nas áreas dos respectivos serviços existentes em que trabalham.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EMPREGO A GESTANTE. É vedada a dispensa da empregada gestante, desde a data da notificação da gravidez até 30 dias após o término da licença previdenciária.

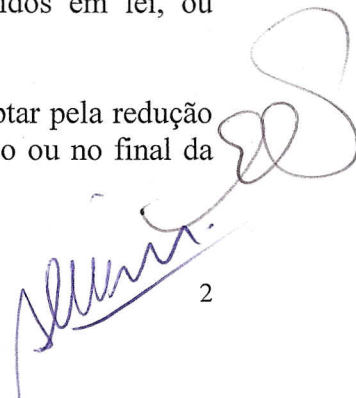
CLÁUSULA NONA - UNIFORMES. Serão fornecidos aos empregados, gratuitamente, uniformes e equipamentos necessários a proteção individual e desempenho profissional, quando exigidos pelo empregador ou por força da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - ACESSO DOS DIRIGENTES SINDICAIS. Os diretores do sindicato profissional, mediante identificação terão acesso assegurado à empresa para contato com os empregados nos intervalos destinados a alimentação e descanso, com comunicação prévia de 48 (quarenta e oito) horas para desempenho de suas funções, vedada à divulgação político-partidária ou ofensiva.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS – Sem prejuízo da sua remuneração, serão liberados, um por empresa, os integrantes da Diretoria Executiva do Sindicato profissional que ficará á disposição do órgão da classe, pelo período de até dois anos. Acordam, também, que o SINDIFARMA se comprometerá a requisitar apenas 01 dirigente para a sua diretoria na Base do SINDLAB, se comprometendo, da mesma forma, a convocar para o seu quadro diretivo, funcionário da empresa que detiver mais de 10 (dez) farmacêuticos em seu quadro laboral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO. Os empregados despedidos sem justa causa terão direito ao aviso prévio de 30 (trinta) dias estabelecidos em lei, ou pagamento do valor indenizatório, conforme CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica estabelecido que o empregado possa optar pela redução de duas horas no horário que melhor lhe convier, desde que seja no início ou no final da jornada.



2

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado fica dispensado do cumprimento do aviso prévio, quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando-se do pagamento dos dias não trabalhados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o empregado seja impedido pela empresa de prestar suas atividades profissionais durante o aviso prévio, ficará ele desobrigado de comparecer a empresa fazendo jus a sua remuneração integral eximindo-as de qualquer responsabilidade técnica profissional.

PARÁGRAFO QUARTO - A anotação de dispensa do aviso prévio será obrigatório no verso do formulário próprio no caso das empresas dispensarem seus profissionais de comparecerem ao trabalho durante esse período, eximindo-se o empregado de qualquer responsabilidade técnica profissional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O aviso de férias deverá ser entregue ao empregado, até 30 dias do início do gozo das mesmas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O início das férias coletivas ou individuais não poderá coincidir com o sábado, domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal.

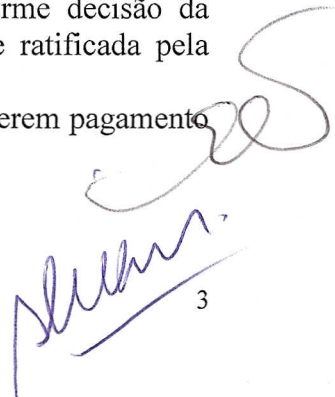
PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica garantido o emprego ou o salário, após 30 (trinta) dias do término das férias. Havendo a rescisão de contrato, nessa hipótese acarretará o pagamento de trinta dias de salário além das demais verbas rescisórias, salvo motivo do cancelamento do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica assegurado o pagamento das férias proporcionais ao empregado com menos de 01 ano de serviço, qualquer que seja o motivo do cancelamento do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - Em decorrência de problemas técnicos, econômicos ou financeiros, devidamente comprovados, as empresas poderão, mediante acordo escrito com o Sindicato, programar e realizar férias antecipadas para empregados com o período aquisitivo incompleto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - As empresas pertencentes à Categoria Econômica do SINDLAB e abrangidas por esta Convenção ficam obrigadas ao pagamento da Contribuição Assistencial Patronal, em favor do SINDLAB, estipulada em 2% (dois por cento) para associados e 4% (quatro por cento) para não associados, sobre a folha de pagamento de seus empregados, relativas ao mês do reajuste ora concedido, até o limite de R\$ 5.000,00, a ser recolhida até o dia 17 do mês subsequente, conforme decisão da Assembléia Geral da Entidade, realizada no dia 30 de maio de 2006 e ratificada pela Assembléia Geral de 23 de agosto de 2007.

Fica desobrigado do pagamento da taxa assistencial os laboratórios que fizerem pagamento da contribuição confederativa do mesmo período.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Fica assegurado o desconto de todos os trabalhadores, associados ou não da contribuição assistencial (prevista na Constituição Federal Art. 8º Inciso IV) para a manutenção das atividades sindicais, nos valores 5% (cinco por cento) para os não associados e 2% (dois por cento) para os associados, valores estes que foram definidos pela Assembléia Geral da Categoria, realizada em 30/03/99.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Esta taxa deverá ser depositada na conta 7.807-7, agência 0346-8, Banco do Brasil, Salvador-Bahia, em favor do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empresa que não proceder ao desconto ou que não efetuar o recolhimento da importância descontada do empregado, no prazo estipulado aplicar-se-á multa de 2 % (dois por cento) e juros monetários de 1% (um por cento) ao mês imediatamente subsequente aquele em que for assinado o acordo, a convenção ou julgado o dissídio. O recolhimento será efetuado até o dia imediatamente seguinte ao dia do pagamento dos salários dos empregados da empresa.

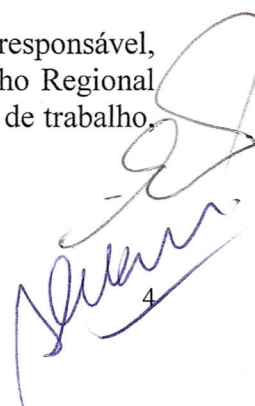
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS. As empresas encaminharão ao Sindicato profissional, uma vez por ano, a relação dos seus empregados pertencentes a categoria laboral representada pelo Sindifarma-Ba, bem como, no prazo de 20 (vinte) dias após o desconto, copia das guias de depósito do desconto assistencial, com relação nominal dos empregados a que correspondem e respectivos salários

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXILIO FUNERAL. No caso de falecimento do empregado, desde que a empresa não ofereça gratuitamente aos empregados o benefício do seguro de vida em grupo, o empregador pagará aos dependentes do empregado falecido, em uma única vez, 500 UFIRS ou unidade equivalente, como auxílio funeral, mediante apresentação de atestado de óbito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTRATO DA CONTA VINCULADA FGTS. Rescindindo o contrato de trabalho, qualquer que seja a razão determinante, as empresas fornecerão ao empregado dos dez dias subsequente extrato de sua conta vinculada ao FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO. A jornada do farmacêutico poderá ser de 04 (quatro) horas diárias, perfazendo um total de 24 horas semanais ou, de 06 (seis) horas diárias, perfazendo 36 horas semanais ou, ainda, de 08 (oito) horas diárias, perfazendo 44 horas semanais.

PARÁGRAFO ÚNICO - A carga horária semanal do farmacêutico técnico responsável, especificando-se o horário diário de trabalho, deverá ser registrada no Conselho Regional de Farmácia, no Sindicato dos farmacêuticos do Estado da Bahia e no contrato de trabalho, em conformidade com a Lei nº 5.991/73.



CLÁUSULA VIGÉSIMA - Aos empregados que se desligarem da empresa por motivo de aposentadoria seja por idade ou por tempo de serviço será concedido um abono especial correspondente ao maior salário recebido por este funcionário da época, desde que conte com mínimo de 15 (quinze) anos de serviço contínuo prestado à empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – MANUTENÇÃO DAS CONQUISTAS ANTERIORES. Fica assegurada, com as alterações apresentadas no presente pedido, a manutenção de todas as vantagens e benefícios coletivos e ou individuais concedidos por liberdade da empresa e ou contratantes nas normas coletivas anteriores inclusive a vigente, desde que mais benéfica ao empregado existente na empresa, por força do contrato individual de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS - As horas extras serão pagas de segunda-feira a domingo, no adicional de 75% (setenta e cinco por cento), sendo facultativo, contudo, a adoção do banco de horas para a compensação das horas trabalhadas; caso não haja esta compensação até 30 (trinta) dias da aquisição deste direito, os laboratórios comprometer-se-ão a efetuar o pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– RECIBO DE PAGAMENTO – O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com identificação da empresa, no qual constará a remuneração paga, os dias trabalhados ou total da produtividade, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para Previdência Social e o valor correspondente ao FGTS.


CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONDIÇÕES DE TRABALHO DA GESTANTE. As empresas proporcionarão a suas empregadas gestantes condições de trabalho compatíveis com o seu estado de acordo com a orientação médica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DATA-BASE. A data-base da Categoria laboral, para fins de negociação coletiva e disposições legais, será 1º de julho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA– RESPONSABILIDADE TÉCNICA – O profissional farmacêutico que vir assumir a responsabilidade técnica do Laboratório de Análises Clínicas, conforme definido em lei, fica assegurado um adicional correspondente de 15 % sobre o salário recebido mensalmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não faz parte deste adicional, responsabilidade técnica dos postos de coleta dos laboratórios, apenas a responsabilidade técnica da matriz do laboratório.

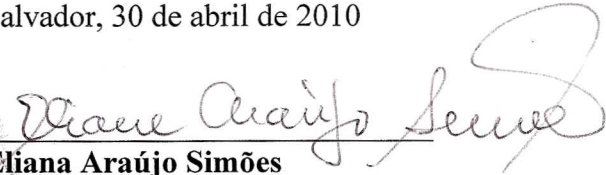
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA– ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – Será pago aos empregados o percentual de 30% sobre o salário base junto a título de periculosidade, quando os mesmos trabalharem na área do Pólo Petroquímico de Camaçari e Refinaria de Petróleo; em substituição aos 20% de insalubridade.

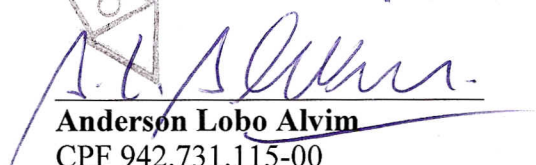


CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - **VIGÊNCIA.** A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 02 (dois) anos, compreendendo o período de 1º de julho de 2009 a 30 de junho de 2011, assegurada a revisão das cláusulas econômicas e reajuste salarial em 01/07/2010.

E por estarem justos e acordados, as partes contraentes assinam o presente documento em **6** (seis) folhas e **2** (duas) vias, estas de igual forma e teor, para que produza os efeitos jurídicos necessários.

Salvador, 30 de abril de 2010


Eliana Araújo Simões
CPF 020.888.608-25
SÍNDIFARMA


Anderson Lobo Alvim
CPF 942.731.115-00
SINDLAB - BA

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

2º Ofício de Notas

Reconhecimento a(s) firma(s) de _____

Por autenticidade _____ Deu fé.

Em _____ de _____ de _____

Em _____ de _____ de _____

RECONHECIMENTO

ESTADO DA BAHIA

PODER JUDICIÁRIO

Nº DY 058213

